

FORMULÁRIO DE BOAS PRÁTICAS

Dados da Instituição

1. Instituição responsável pela prática

Estado/Município	Santa Catarina	
Instituição	Defesa Civil Estadual	
Poder Executivo	<input checked="" type="checkbox"/> Estadual	<input type="checkbox"/> Municipal /DF
Telefone	(48) 3664-7000	
Site	www.defesacivil.sc.gov.br	
E-mail Institucional	gabinete@defesacivil.sc.gov.br	

2. Marque com X a área temática correspondente a prática:

- Plano de Contingência-PLANCON
- Defesa Civil na Escola
- Nupdec
- Capacitação em Proteção e Defesa Civil
- Monitoramento de área de risco e de Desastres
- Gestão Sistêmica
- Alerta
- Iniciativas para as comunidades

3. Situação Problema que justifica a implementação da Boa Prática. (500 caracteres)

Evitar a sobreposição de tarefas na atuação em resposta a desastres;

Garantir a execução das missões institucionais de cada agência de acordo com a necessidade e área de atuação de sua circunscrição; e

Garantir eficácia / eficiência e transparência na gestão de riscos e de desastres.

4. Nome da Boa Prática

Grupo de Ações Coordenadas - GRAC.

5. Objetivos*(Objetivos que alcançou com o desenvolvimento da prática)*500 caracteres

Aumento da velocidade da integração institucional das agências de governo em nível estadual, sociedade organizada e parceiros que atuaram nas operações integradas do estado de gestão de crise; e

Ganho de know-how na atuação conjunta em desastres, devido à aproximação das agências especializadas que repassam informações técnicas aos participantes.

6. Foram estabelecidas parcerias para implementação da Boa Prática ? Quais?

SIM

NÃO

Em alguns casos houve a celebração de Termos de Cooperação Técnica, porém sem a obrigatoriedade, já que são demandadas para atuação as agências com missão institucional já vocacionadas para aquela ação.

7. Recursos Humanos e financeiros envolvidos

Equipe da Diretoria de Gestão de Desastres e elementos de ligação das instituições participantes;

8. Data da implantação. *Informar data de início e término, se houver.*

Desde 2011

Término____/____/____

9. Descrição da Boa Prática(500 caracteres)

A essência do GRAC surge nos anos 1970 na gestão de crises complexas e é implementado de maneira oficial desde 2011.

Desde sua implementação vem demonstrando sua eficácia em cada atuação quando as agência integrantes trazem para a gestão da crise sua expertise e seus técnicos, dando agilidade, assertividade e garantia de atendimento às diversas demandas que surgem nestas circunstâncias.

Tem sido fundamental na gestão da crise do COVID-19 ao trazer para a gestão diversos profissionais para atender as mais diversas demandas dentro da especialidade de cada um sem sobrecarregar o sistema e nem áreas sem o conhecimento necessário para atuação satisfatória.

10. Público-alvo

Governos de todas as instâncias;

11. Atividades implementadas *(Detalhamento da Boa Prática aplicada)* 500 caracteres

Confecção de planos de contingência para situações de risco específicos, ampliando as ações de preparação de equipes técnicas com atuação específica;

Participação ativa dos elementos de ligação em reuniões de preparação e reuniões dos períodos operacionais em caso de atuação em desastres;

12. Inovação da Prática (500 caracteres)

Aproximar as agências de maneira independente da coordenação da Defesa Civil para que a gestão integrada possa ocorrer de maneira transinstitucional.

13. Resultados Alcançados. (500 caracteres)

Desde o início de 2020 foram mobilizadas para atuar na gestão da operação COVID-19SC mais de 30 instituições de maneira escalonar e de maneira ininterrupta, com a confecção de diversos documentos e formulários que apoiaram incontáveis ações preventivas e corretivas para o enfrentamento da pandemia.

Na operação Estiagem 2019, foram integrados serviços e planejamentos em curso de outras instituições de modo a garantir o repasse de recursos a produtores rurais pela Secretaria da Agricultura e para comunidades carentes pela Defesa Civil.

14. Aprendizagem obtida com a implementação da prática. (500 caracteres)

- Valorização do processo contínuo de gestão de crise;
- Oportunidade de socialização de práticas e saberes entre os participantes;
- Favorece a aproximação entre os pares e o compartilhamento de informações;
- Necessidade de investir na mudança comportamental dos servidores.

15. Reconhecimentos *(premiações, certificados ou equivalentes)* 500 caracteres

Sem premiações ou certificados.

GRAC

GRUPO DE AÇÕES

COORDENADAS

DIRETORIA DE GESTÃO DE DESASTRES



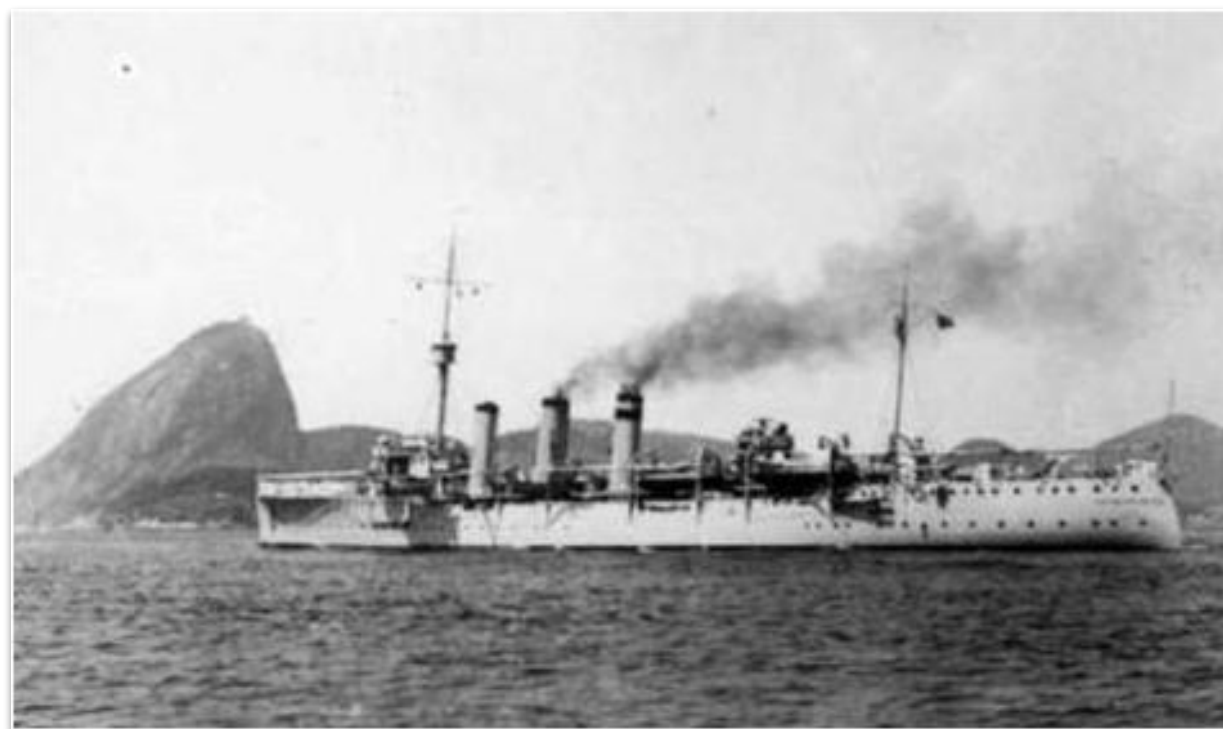
Mudanças climáticas e ocupação humana

Além de causar incontáveis prejuízos econômicos e danos ambientais imensuráveis, as ocorrências de desastres naturais em todo o mundo, atingem cidades de todos os tamanhos, desabrigando e matando pessoas.




Origem da Defesa Civil no Brasil

Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e naufrágio na costa brasileira dos navios Arará e Itagiba em 1942, com 56 mortes.



Legislação Original



Decreto-Lei nº 4.624/1942 - Serviço de **Defesa Passiva Antiaérea**, com a finalidade de garantir a proteção e a vida da população, bem como a defesa do patrimônio;

Decreto-Lei nº 9.370/1946 - **Extinção** do serviço devido ao fim da guerra;

Decreto nº 722 de 18 de novembro de 1966 - “Plano diretor de defesa civil, nas situações de calamidade pública, para o Estado da Guanabara”.



Atuação original da Defesa Civil

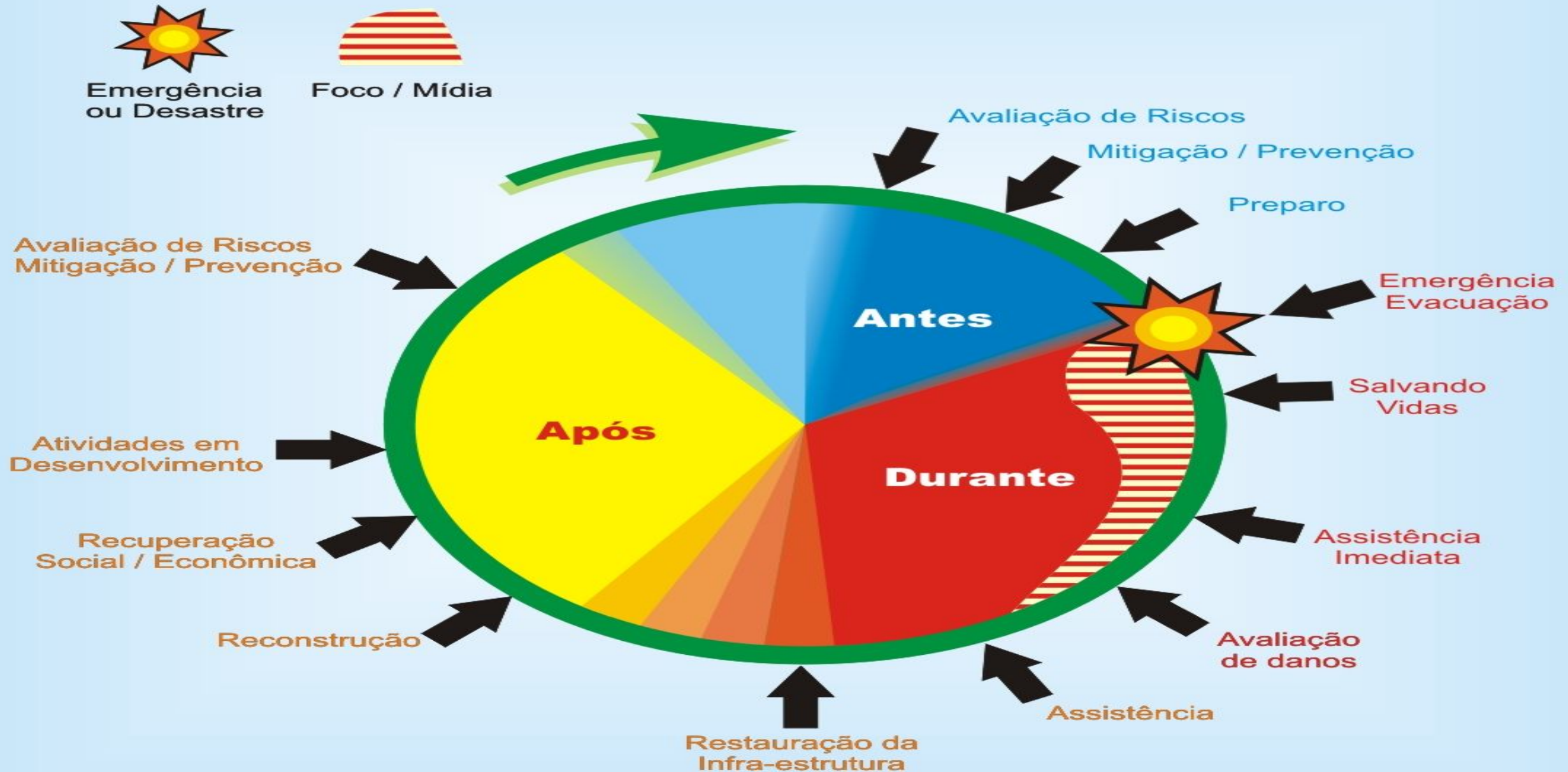
Primeiro momento



Defesa Civil é criada para fazer frente a situações emergenciais com ações de resposta aos desastres.



Ciclo de Gerenciamento de Desastres



Desastres do Vale do Itajaí, 2008



Política Nacional

Lei 12.608 de 10 de abril de 2012

Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC);

Art. 4º São diretrizes da PNPDEC:

- I. atuação articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas;
- II. abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;
- III. a prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres;
- IV. adoção da bacia hidrográfica como unidade de análise das ações de prevenção de desastres relacionados a corpos d'água;
- V. planejamento com base em pesquisas e estudos sobre áreas de risco e incidência de desastres no território nacional;
- VI. participação da sociedade civil.

O termo “Proteção” reflete uma evolução




O foco na prevenção de desastres, para evitar ou minimizar seus efeitos.

Atualmente



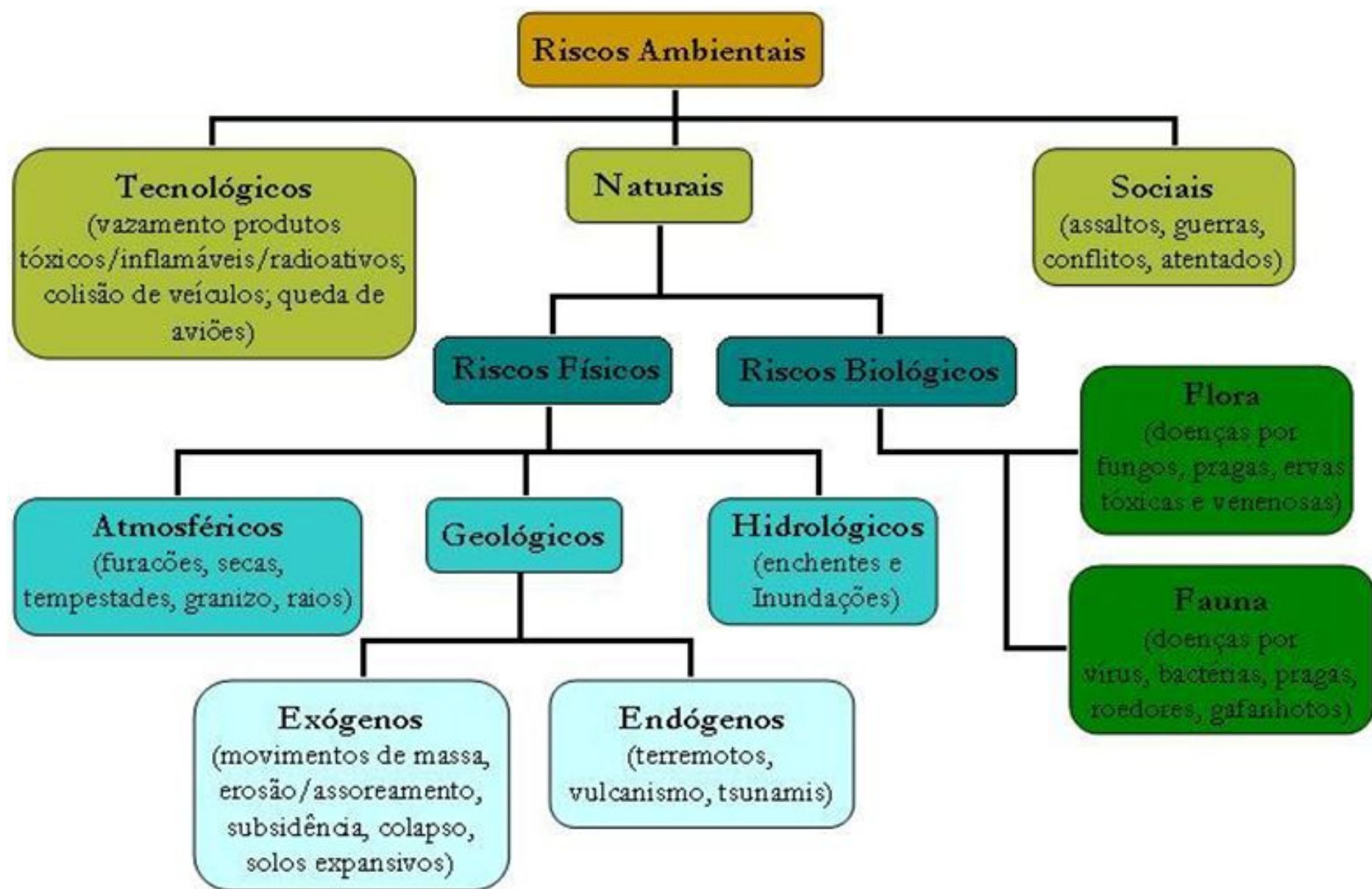
Gestão de risco



A gestão de risco preocupa-se em avaliar e selecionar instrumentos alternativos de políticas visando diminuir o risco de um determinado perigo à sociedade. Para se chegar a uma implantação de gestão de risco precisa levar em conta não somente as informações da caracterização do risco, mas também, fatores como implicações econômicas, viabilidade econômica, custo de implementação, entre outras.

(THOMAS, CALLAN, 2010)





Diretrizes UNISDR

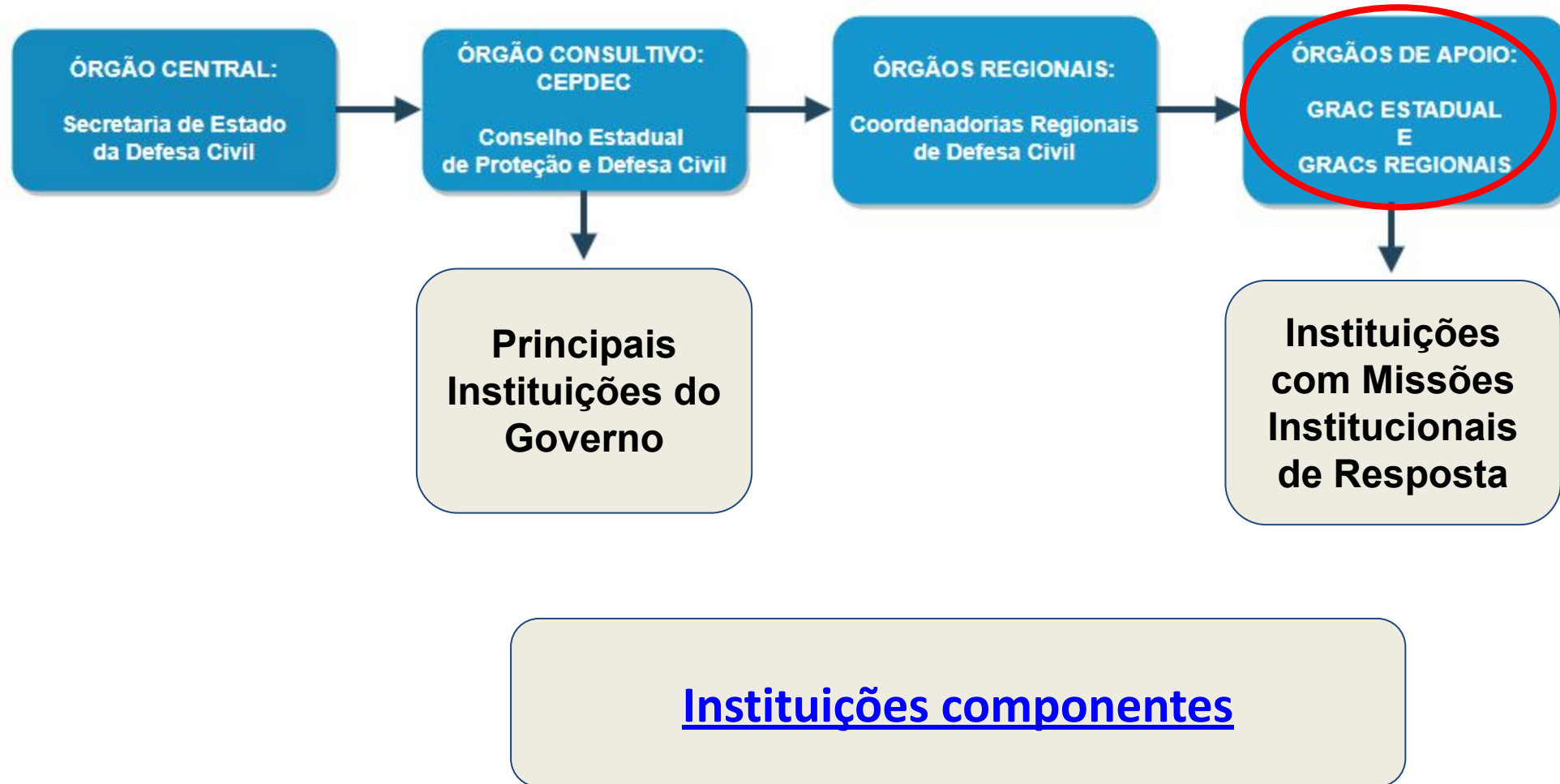
1. Identificação dos riscos
2. Análise dos riscos
3. Medidas de prevenção
4. Planejamento para situações de emergência
5. Informações públicas e treinamento



POLÍTICA ESTADUAL

- **LEI Nº 15.953, de 07/01/2013;**
 - Dispõe sobre o **Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil - SIEPDEC;**
- **DECRETO Nº 1.879, de 29/11/2013;**
 - Regulamenta a Lei nº 15.953 de 2013;

SISTEMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - Composição



NOVA LOGOMARCA





CENTRO INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DESASTRES DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O **CIGERD** busca **integrar os esforços** dos diversos setores e órgãos do Estado para o gerenciamento dos riscos e desastres de maior ocorrência em Santa Catarina e, com isso, reduzir os impactos na população em uma situação de eventos adversos.



ESTRUTURA DE INTEGRAÇÃO

- Centro Regional Grande Florianópolis.
- C.Log Florianópolis.
- Heliponto

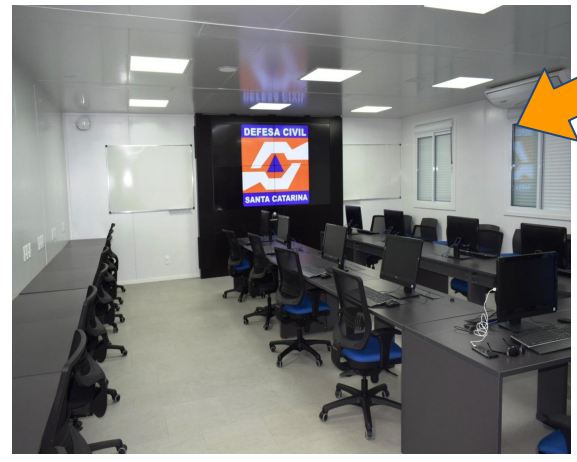
- Centro de Atendimento ao Público.
- Estúdio de Gravação.
- Sala de Entrevista Coletiva.
- Antena Satélite GOES.



- Bicicletário

- Local para Estacionamento







Coordenadorias Regionais:

- Apoio técnico e operacional em ações integradas;
- Assessoria em Gerenciamento de Riscos e Desastres;



Estruturas Modulares Regionais

- Local para Estacionamento;
- Sala de Crise;
- Estrutura de Videoconferencia;
- Alojamento;
- Almojarifado (estoque de IAH);



Apoio aos municípios

- **CENTRO DE REFERÊNCIA**
- **FUNCIONAMENTO 24 HORAS**
- **MÚLTIPLAS INSTITUIÇÕES**
- **INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**
- **PLANEJAMENTO COMPARTILHADO DE AÇÕES**





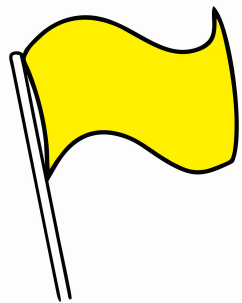
OPERACIONALIZAÇÃO DO CIOP:

- **Níveis Operacionais;**
- **Tempo de Mobilização**

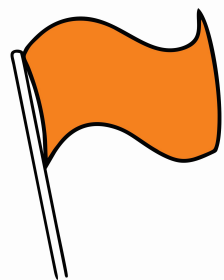


<p align="center">NÍVEL DE MOBILIZAÇÃO POR CLASSE DE DANO</p>		<p align="center">0 - VERDE</p> <p align="center">Classificação utilizada nos períodos de normalidade, nos quais o Cigerd encontra-se funcionando permanentemente.</p>	<p align="center">1 - AMARELO</p> <p align="center">Emergências locais, consideradas ocorrências de rotina (acidentes de trânsito, incêndios em edificações, acidentes de trabalho etc.) ou verificados danos humanos e/ou materiais de pequena intensidade e não generalizados.</p>	<p align="center">2 - LARANJA</p> <p align="center">Emergências de maior complexidade, extensão ou duração, necessitando de uma coordenação ou de procedimentos especiais.</p> <p align="center">Neste nível de mobilização, considerada a magnitude do evento, o comando do Cigerd deverá estar a cargo de um representante de governo com status de secretário de estado ou, no seu impedimento, do seu adjunto, conforme as atribuições da pasta e a tipologia do evento.</p>	<p align="center">3 - VERMELHO</p> <p align="center">Emergências de grande repercussão, que exigem uma postura organizacional não rotineira para a coordenação e gerenciamento das ações de resposta por períodos maiores ou em ambientes múltiplos,</p> <p align="center">Neste nível de mobilização, considerada a magnitude do evento, o comando do Cigerd ficará a cargo do Governador do Estado ou, no seu impedimento, do vice-governador.</p>
<p align="center">T I P O L O G I A</p>	<p align="center">DESASTRES BIOLÓGICOS E EPIDEMIAS</p> <p align="center"><i>Desastres relacionados ao aumento brusco, significativo, e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus, bactérias, parasitas ou fungos, com registro de danos humanos significativos.</i></p> <p align="center">Coordenação: Secretaria de Estado da Saúde</p>	<p align="center">Instituições trabalhando no gerenciamento de riscos correlatos à sua missão e atuação institucional.</p> <p align="center">Instituições de pesquisa ou de outra esfera de governo podem integrar seus estudos a fim de contribuir com a integração das ações.</p> <p align="center">Ex.: SES (DIVE e VISA), EPAGRI, CIDASC, UFSC, UDESC, IFSC, entre outras.</p>	<p align="center">Instituições mais afetas à ações de resposta a este tipo de ocorrências:</p> <p align="center">DIVE / VISA / CBMSC / COMPDECs / Prefeituras (Saúde)</p>	<p align="center">É necessária a mobilização de recursos em nível estadual para as ações de resposta, com ou sem necessidade de apoio complementar da esfera federal.</p>	<p align="center">É necessária a mobilização de recursos em nível estadual para as ações de resposta, bem como o apoio complementar da União.</p>

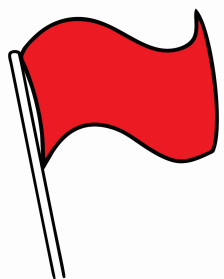




NÍVEL 1 - CÓDIGO AMARELO: Utilizado para emergências locais, normalmente atendidas pelos serviços públicos de emergência, ocorrências de rotina. Cabendo ao Cigerd ações de acompanhamento da situação, conforme características dos danos e tipologia do desastre.



NÍVEL 2 - CÓDIGO LARANJA: Utilizado para emergências maiores, em função do dano, maior complexidade, extensão ou duração, o Cigerd precisa mobilizar profissionais dos órgãos governamentais para atuarem como elementos de ligação, no planejamento e resposta aos desastres de forma integrada.



NÍVEL 3 - CÓDIGO VERMELHO: Utilizada para emergências de grande repercussão, nos quais o Cigerd precisa mobilizar profissionais, recursos operacionais e logísticos dos órgãos governamentais para atuarem de forma conjunta e integrada, mediante planos de ação específicos para cada demanda. Essa classificação exige normalmente a mobilização integral dos órgãos parceiros, os quais continuam sendo acionados de acordo com as necessidades próprias da emergência. Neste nível de mobilização, considerada a magnitude do evento, o comando do Cigerd ficará a cargo do Governador do Estado ou, no seu impedimento, do vice-governador.

ACIONAMENTO DO GRAC

NÍVEL DE MOBILIZAÇÃO POR CLASSE DE DANOS



NOTIFICAÇÃO

Código 1

STATUS DO CIOP:
**Monitoramento
Intensificado**

O Chefe da Defesa Civil de Santa Catarina, João Batista Cordeiro Júnior, considerando as ocorrências em atendimento no Estado, NOTIFICA os membros do Grupo de Ação Coordenada (GRAC) para que estejam de prontidão para possível mobilização junto ao CIGERD.



GOVERNO DE
SANTA CATARINA

NÍVEL DE MOBILIZAÇÃO POR CLASSE DE DANOS



CONVOCAÇÃO

Código 2

STATUS DO CIOP:
**OPERAÇÃO
DEFLAGRADA**

O Chefe da Defesa Civil de Santa Catarina, João Batista Cordeiro Júnior, com base no Decreto 1.879 de 29/11/2013, CONVOCA os membros do Grupo de Ação Coordenada (GRAC) para atuarem como Elementos de Ligação na Operação Deflagrada no CIGERD.



GOVERNO DE
SANTA CATARINA

NÍVEL DE MOBILIZAÇÃO POR CLASSE DE DANOS



MOBILIZAÇÃO

Código 3

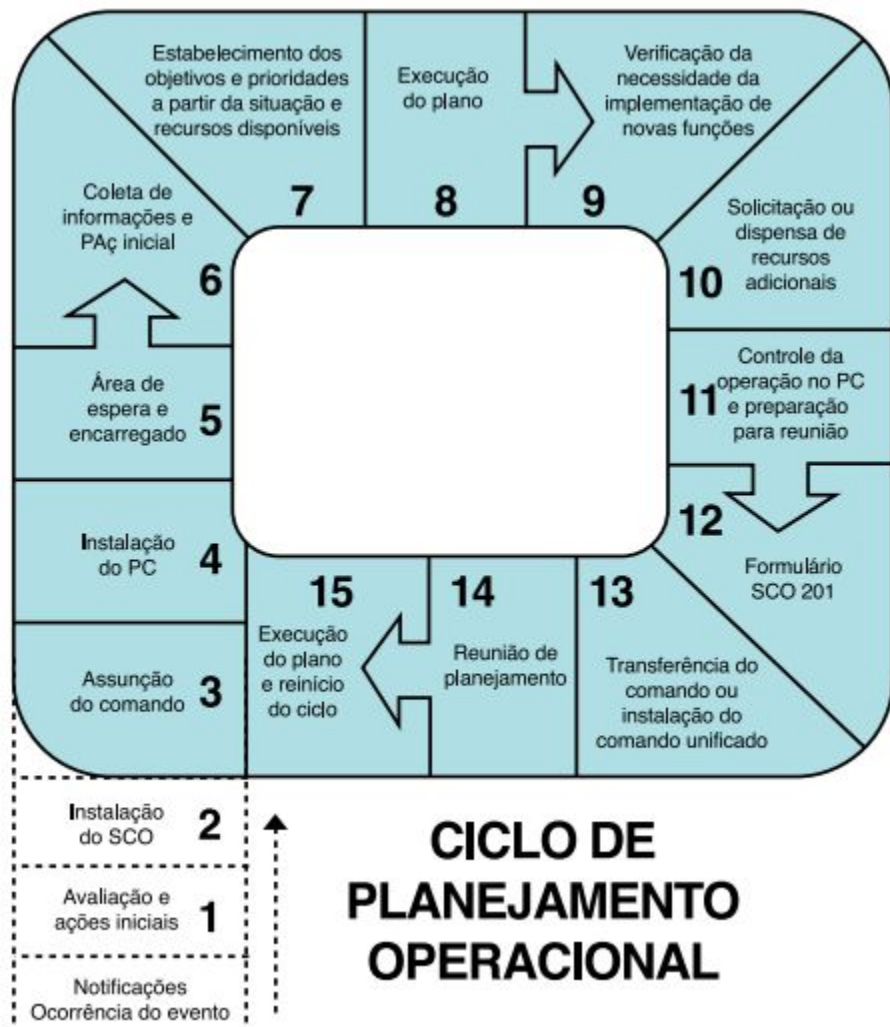
STATUS DO CIOP:
**MOBILIZAÇÃO
INTEGRAL**

O Chefe da Defesa Civil de Santa Catarina, João Batista Cordeiro Júnior, considerando a gravidade das ocorrências em andamento no Estado, MOBILIZA TODOS OS MEMBROS DO GRAC (Grupo de Ação Coordenadas) para atuarem na Operação Deflagrada no CIGERD.



GOVERNO DE
SANTA CATARINA

SCO - Sistema de Comando de Operações



Art. 10º Decreto Nº 1.879

- Uso do SCO em situações de desastre

SCO - 201 - Informações Iniciais

<https://docs.google.com/document/d/1Uhwve6g3xrs2GsHmyUhInFID--0149Zj9a5bkNQctTM/edit?usp=sharing>

RELATÓRIO OPERACIONAL



RELATÓRIO PARCIAL DE OPERAÇÃO OPERAÇÃO ROTAS SEGURAS DE SANTA CATARINA

RPO 08-ORS-2018

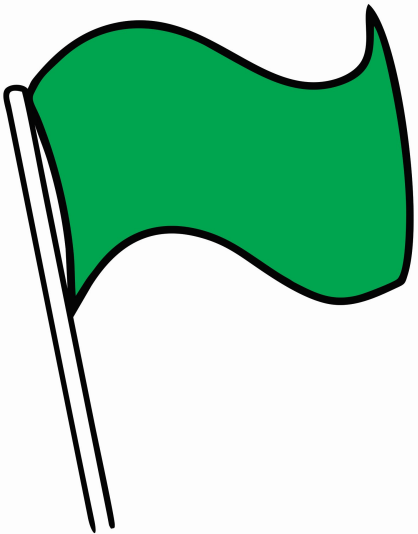
PERÍODO: 18:01 de 29/05 à 19:00 de 30/05;



Florianópolis, 30 de maio de 2018.


Nível 0 - Código verde

Classificação utilizada nos períodos de normalidade, nos quais o Cigerd encontra-se funcionando permanentemente, ***com foco nos trabalhos de prevenção e preparação, analisando riscos e realizando trabalhos de previsão climática, monitoramento de riscos e treinamento de pessoal.***





OPERACIONALIZAÇÃO DO GRAC

- **NORMALIDADE** - Grupos de Trabalho
 - Gerenciamento de Riscos
 - **EMERGÊNCIA** - Comando Unificado
 - Gerenciamento de Desastres
- 

Grupos de Trabalho

1. Infraestrutura de Dados Espaciais;
2. SC Resiliente;
3. Barragens de SC;
4. Produtos Perigosos;
5. Segurança Pública Integrada;
6. Planos de Contingência Adaptados;
7. Infraestruturas Críticas;
8. Emergência em Aeroportos;

[Cronograma dos GTs](#)

Objetivos

GRUPO DE TRABALHO: BARRAGENS DE SANTA CATARINA

Objetivo: Realizar um diagnóstico da situação de perigo das barragens, afim dar apoio aos municípios na criação de planos de contingência;

Coordenação: Bruno (SDS) e Nery (SDC);

Integrantes/Instituição: SDC: Jaqueline, Edgar, Elna e Fred / Fractal: Karine / SDS: Robson, Vinicius e Renato;

Ord.	Tarefa\Prazo	Responsável	Status	01/19	02/19	03/19	04/19	05/19	06/19	07/19	08/19	09/19	10/19	11/19	12/19
3.1	Envio para atualização regional	Nery	CONCLUÍDA												
3.2	Dados coletados na origem	COREDECs	CONCLUÍDA												
4. PROJETO PILOTO (FOZ DO RIO CHAPECÓ)															
4.1	Reunião via web conference	TODOS	CONCLUÍDA												
4.2	Envio do PAE para análise		CONCLUÍDA												
4.3	Análise do PAE	Karine	CONCLUÍDA												
4.4	Apresentação da análise	Karine	CONCLUÍDA												
5. DEFINIÇÃO DE AÇÕES PRIORITÁRIAS															
5.1	Reunião de Alinhamento (SDS)	TODOS	CONCLUÍDA												
5.2	Unificação dos dados	Karine/Nery	EM EXECUÇÃO												
5.3	Avaliação de Estudo Simplificado	Karine	EM EXECUÇÃO												
5.4	Definição de Critérios de Análise de Risco	Robson	ATRASADA												
5.5	Dados censitários	Vinicius	ATRASADA												
5.6	Modelo de Relatório de Vistoria	Jaqueline	ATRASADA												
6. AÇÕES EM CURSO															
6.1	Nova rodada com FOZ do Chapecó	TODOS	EM EXECUÇÃO												
6.2	Análise dos PAEs Recebidos	Karine/Nery	EM EXECUÇÃO												
6.3	Definição de critério de Prioridade	Karine/Nery	EM EXECUÇÃO												
6.4	Documentação do Projeto	Karine	EM EXECUÇÃO												
6.5															
6.6															



CANAIS DE COMUNICAÇÃO



WhatsApp



**“Nós temos um planejamento estratégico.
Ele se chama: fazer as coisas!”**

Herb Kelleher



